

**Saepar Serviços e Participações S.A.**  
CNPJ 03.979.930/0001-27



**Relatório da Diretoria**

Senhores Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o relatório da diretoria e as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social findo em 31/12/2018. A Companhia apresentou lucro de R\$184,5 milhões em 2018, frente a um lucro de R\$233,3 milhões em 2017. Rio de Janeiro, 26 de março de 2019. A DIRETORIA.

**Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
(em milhares de reais)

	Notas	2018	2017		Notas	2018	2017
<b>Ativo</b>				<b>Passivo</b>			
<b>Ativo circulante</b>		<b>118.294</b>	<b>71.496</b>	<b>Passivo circulante</b>		<b>70.342</b>	<b>50.143</b>
Disponível	5	107	247	Contas a pagar	—	70.342	50.143
Caixa e bancos	—	107	247	Obrigações a pagar	10.1	45.259	39.498
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>6</b>	<b>47.118</b>	<b>18.718</b>	Participações de funcionários e encargos sociais	—	224	—
Aplicações financeiras	—	47.118	18.718	Impostos e contribuições	10.2	24.052	8.401
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>7</b>	<b>71.069</b>	<b>52.531</b>	Outras contas a pagar	—	807	2.244
Títulos e créditos a receber	—	3.596	4.203	<b>Passivo não circulante</b>	—	<b>8.656</b>	<b>8.178</b>
Dividendos a receber	—	58.698	45.760	<b>Exigível a longo prazo</b>	—	<b>8.656</b>	<b>8.178</b>
Créditos tributários e previdenciários	8.1	8.752	2.391	<b>Contas a pagar</b>	—	<b>8.656</b>	<b>8.178</b>
Outros créditos a receber	—	23	177	Obrigações a pagar	10.1	8.656	8.178
<b>Ativo não circulante</b>	—	<b>1.417.282</b>	<b>1.265.599</b>	<b>Patrimônio líquido</b>		<b>1.456.578</b>	<b>1.278.774</b>
<b>Realizável a longo prazo</b>	—	<b>12.591</b>	<b>10.852</b>	Capital social	13	776.390	726.387
<b>Títulos e créditos a receber</b>	<b>7</b>	<b>12.591</b>	<b>10.852</b>	Reservas de capital	—	(21.699)	(21.699)
Créditos tributários e previdenciários	8.1	2.718	1.316	Reservas de lucros	—	693.605	566.869
Depósitos judiciais e fiscais	12.1	9.873	9.536	Ajustes de avaliação patrimonial	—	8.282	7.217
<b>Investimentos</b>	—	<b>1.404.411</b>	<b>1.254.039</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>1.535.576</b>	<b>1.337.095</b>
Participações societárias	9	1.372.859	1.238.822				
Ajó	9	30.862	14.509				
Outros investimentos	—	92	92				
<b>Imobilizado</b>	—	<b>126</b>	<b>467</b>				
<b>Intangível</b>	—	<b>154</b>	<b>241</b>				
Software	—	1.759	1.759				
Amortização acumulada	—	(1.605)	(1.518)				
<b>Total do ativo</b>		<b>1.535.576</b>	<b>1.337.095</b>				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações de resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
(em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
<b>Receita líquida</b>	14.1	<b>34.478</b>	<b>36.309</b>
<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	9	<b>185.515</b>	<b>219.186</b>
<b>Outras receitas e despesas</b>	—	(10.632)	(10.912)
Despesas operacionais	—	(293)	(171)
Despesas administrativas	14.2	(6.149)	(7.186)
Despesas com tributos	—	(6.776)	(5.186)
Receitas financeiras	14.3.1	3.386	2.187
Despesas financeiras	14.3.2	(875)	(649)
Resultado na venda de ativos - investimentos, imobilizado e intangível	—	(2)	(8)
Outras	—	77	101
<b>Resultado antes de impostos e contribuições</b>	—	<b>209.361</b>	<b>244.583</b>
Imposto de renda	15	(18.111)	(8.218)
Contribuição social	15	(6.783)	(3.070)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>184.467</b>	<b>233.295</b>
<b>Quantidade de ações</b>		<b>2.925</b>	<b>2.842</b>
<b>Lucro líquido por ação</b>		<b>63,07</b>	<b>82,09</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017**  
(em milhares de reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
<b>Saldos em 01/01/2017</b>	<b>1.701.704</b>	(25.588)	146.922	1.630.358	<b>1.777.280</b>	(1.009.261)	(6.457)	—	<b>2.437.678</b>
Transações de capital	—	3.889	—	(146.921)	—	—	(5.318)	—	(1.429)
Aumento de capital com reservas de lucros conforme AGOE do dia 28/04/2017	146.921	—	—	(146.921)	—	—	—	—	—
Aumento de capital com juros sobre capital próprio conforme ata do dia 18/04/2017	59.619	—	—	—	—	—	—	—	<b>59.619</b>
Redução de Capital cte AGE de 23/08/2017	(59.619)	—	—	—	—	—	—	—	(1.181.857)
CANCELAMENTO DE AÇÕES EM TESOURARIA	(1.181.857)	—	—	(1.009.261)	(1.009.261)	1.009.261	—	—	—
Ajustes de avaliação patrimonial	—	—	—	—	—	—	18.992	—	18.992
REFLEXO DE DIVIDENDOS PRESCRITOS DE INVESTIDAS	—	—	—	—	—	—	—	106	106
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS CONFORME ATA DO DIA 08/05/2017, SENDO R\$4.073,65 (EM REAIS) POR AÇÃO	—	—	—	(11.577)	(11.577)	—	—	—	(11.577)
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS CONFORME ATA DO DIA 21/08/2017, SENDO R\$81.299,11 (EM REAIS) POR AÇÃO	—	—	—	(231.053)	(231.053)	—	—	—	(231.053)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR CONFORME ATA DO DIA 18/12/2017, SENDO R\$15.833,92 (EM REAIS) POR AÇÃO	—	—	—	(45.000)	(45.000)	—	—	—	(45.000)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	—	—	—	—	—	—	—	233.295	233.295
<b>DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
RESERVA LEGAL	—	—	11.670	—	<b>11.670</b>	—	—	(11.670)	—
RESERVA ESTATUTÁRIA	—	—	—	166.298	<b>166.298</b>	—	—	(166.298)	—
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS CONFORME ATA DO DIA 08/05/2017, SENDO R\$4.073,65 (EM REAIS) POR AÇÃO	—	—	—	11.577	<b>11.577</b>	—	—	(11.577)	—
DIVIDENDOS INTERMEDIÁRIOS CONFORME ATA DO DIA 21/08/2017, SENDO R\$81.299,11 (EM REAIS) POR AÇÃO	—	—	—	43.856	<b>43.856</b>	—	—	(43.856)	—
<b>Saldos em 31/12/2017</b>	<b>726.387</b>	(21.699)	<b>11.671</b>	<b>555.198</b>	<b>566.869</b>	<b>7.217</b>	—	—	<b>1.278.774</b>
AUMENTO DE CAPITAL COM RESERVAS DE LUCROS CONFORME AGOE DO DIA 27/04/2018	11.670	—	(11.670)	—	—	—	—	—	—
AUMENTO DE CAPITAL COM JUROS SOBRE CAPITAL PRÓPRIO CONFORME AGOE DO DIA 27/04/2018	38.250	—	—	—	—	—	—	—	<b>38.250</b>
AUMENTO DE CAPITAL COM DINHEIRO CONFORME AGOE DO DIA 27/04/2018	83	—	—	—	—	—	1.065	—	83
AJUSTES DE AVAÇAMENTO PATRIMONIAL	—	—	—	—	—	—	1.065	—	1.065
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	—	—	—	—	—	—	—	184.467	184.467
<b>DESTINAÇÃO DO LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO:</b>	—	—	—	—	—	—	—	—	—
RESERVA LEGAL	—	—	9.223	—	<b>9.223</b>	—	—	(9.223)	—
RESERVA ESTATUTÁRIA	—	—	—	129.183	<b>129.183</b>	—	—	(129.183)	—
DIVIDENDOS OBRIGATÓRIOS - R\$10.619,15 (EM REAIS) POR AÇÃO	—	—	—	—	—	—	—	(31.061)	(31.061)
JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO A PAGAR CONFORME ATA DO DIA 30/04/2018, SENDO R\$5.128,21 (EM REAIS) POR AÇÃO	—	—	—	—	—	—	—	(15.000)	(15.000)
<b>Saldos em 31/12/2018</b>	<b>776.390</b>	(21.699)	<b>9.224</b>	<b>684.381</b>	<b>693.605</b>	<b>8.282</b>	—	—	<b>1.456.578</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

**Demonstrações dos flux**

-☆ continuação

## Saepar Serviços e Participações S.A. | CNPJ 03.979.930/0001-27

adotadas pela Companhia, quando aplicável. A Companhia irá aplicar a norma em 1º de janeiro de 2019, usando a abordagem retrospectiva modificada e, portanto, sem atualização das informações comparativas. Não haverá efeitos cumulativos a serem reconhecidos como ajustes ao saldo de abertura dos lucros acumulados em 1º de janeiro de 2019. Em 31/12/2018, o impacto mais significativo identificado refere-se ao reconhecimento de novos ativos e passivos por seus arrendamentos operacionais do aluguel da sede do Rio de Janeiro (novo contrato), que totaliza R\$166. Outro ponto a se destacar é que a entrada em vigor da IFRS 16 está relacionada com a natureza das despesas dos contratos de arrendamento, que passarão a ser reconhecidos como depreciação de ativos de direito de uso, bem como o reconhecimento da despesa de juros sobre obrigações de arrendamento em substituição à despesa linear de arrendamento operacional. As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto material nas demonstrações financeiras da Companhia ou não são aplicáveis às suas operações. • IFRIC 23 – Incerteza sobre tratamentos de Imposto de Renda – Em vigor a partir de 01/01/2019; e • Ciclo de melhorias anuais às Normas Internacionais (IFRS), Ciclo de 2015 – 2017 – Alterações às IFRS 3 e 11 sobre participações detidas anteriormente em operações conjuntas, à IAS 12 sobre consequências tributárias dos pagamentos de instrumentos financeiros classificados como patrimônio e à IAS 23 sobre custos elegíveis à capitalização – Em vigor a partir de 01/01/2019. O CPC ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **4. Gestão de riscos:** O processo de gestão de riscos ("Enterprise Risk Management – ERM") da Companhia tem como finalidade suportar o alcance dos objetivos estratégicos da organização. Este procedimento tem como base identificar potenciais eventos que possam afetar os resultados esperados para os próximos períodos e gerenciar tais riscos avaliando seus controles e garantindo capital adequado para sustentar as operações em cenários inesperados, de acordo com o apetite a riscos vigentes. A metodologia desenvolvida para o processo de gerenciamento de riscos corporativos busca referências nas melhores práticas internacionais, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission) e procedimentos definidos em Solvência II. Este processo é executado em fases integradas e contínuas descritas da seguinte forma: • **Identificação dos riscos:** Processo de identificação e priorização dos riscos que possam afetar os resultados de curto ou longo prazo estabelecidos; • **Quantificação dos riscos:** Os riscos priorizados são quantificados através de modelagens específicas envolvendo a probabilidade de ocorrência e seus possíveis impactos; • **Resposta aos riscos:** De acordo com os resultados do processo de quantificação e alinhado com o apetite a riscos vigentes, são elaborados planos de ação de resposta aos riscos; e • **Monitoramento e reporte:** As informações de cada risco e os respectivos planos de ação de resposta aos riscos são monitorados e gerenciados através de indicadores e relatórios pela área de riscos corporativos, a qual os reporta ao Comitê de Riscos (CoR) de acordo com periodicidade pré-definida ou sempre que julgar necessário. As diretrizes e o monitoramento do processo de ERM da organização são estabelecidos pelo Comitê de Riscos, que também tem como responsabilidade definir o apetite a riscos da Companhia que tem por objetivo criar fronteiras na assunção dos riscos, levando em consideração suas preferências, tolerâncias e limites. O Gestor de Riscos tem como função ser o ponto focal de todas as ações relacionadas à gestão dos riscos corporativos na empresa cabendo a ele, dentre outras atividades, monitorar e reportar periodicamente ao Comitê de Riscos o perfil de riscos e os níveis de exposição da Companhia. A execução do processo de gestão de riscos é feita de forma integrada entre as três linhas de defesa da organização. Este conceito considera que a primeira gestão de cada risco (1ª linha de defesa) é iniciada com os tomadores do risco, aqueles que optam por evitar ou aceitar o risco de forma primária. Após a primeira gestão do risco, são estabelecidos processos independentes para monitoramento dos controles internos estabelecidos pela 1ª linha de defesa e gestão dos riscos residuais resultantes desse processo. Esta segunda gestão do risco (2ª linha de defesa) retroalimenta então o processo de primeira gestão estabelecendo novas regras de conduta e novas políticas na assunção dos riscos. Por último, há uma verificação independente realizada pela auditoria interna das primeira e segunda gestão dos riscos, de forma a garantir que todo o processo foi cumprido em todas as suas etapas de forma satisfatória (3ª linha de defesa). O processo de ERM compreende todos os tipos de riscos corporativos aos quais a Companhia está exposta. A Companhia desenvolveu dicionário próprio de riscos a fim de padronizar a linguagem em toda a organização com as seguintes categorias: riscos estratégicos, riscos de mercado, riscos de crédito, riscos operacionais e legais. As análises e informações contidas nas próximas seções objetivam apresentar resumidamente o processo de gerenciamento de cada categoria de risco, explicitando como cada uma das categorias impactam nos negócios da Companhia e os procedimentos adotados para o controle e mitigação dos mesmos.

**4.1. Risco de mercado:** Os riscos de mercado são decorrentes da possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de oscilações macroeconômicas que venham a impactar o valor dos ativos ou passivos da organização de maneiras distintas. A gestão dos investimentos da Companhia é realizada através de política específica aprovada pelo Comitê de Investimentos. Esta política estabelece as diretrizes estratégicas que devem ser observadas na gestão dos ativos financeiros, incluindo limites, restrições e regras de diversificação visando que a alocação busque um volume de rentabilidade apropriado e assegure a capacidade da Companhia de cumprir suas obrigações. Como determinações desta política, constam alguns critérios dos quais a gestão de cada carteira deve contemplar, dentre eles: • Metas de rentabilidade; • Limites de risco; • Prazos máximos para alocação dos ativos; e • Líquidez mínima exigida. Tal política privilegia a tomada de decisão de aplicação dos recursos com base em estudos de Gerenciamento de Ativos e Passivos - ALM (Asset and Liability Management), considerando as particularidades de cada um dos compromissos assumidos nos contratos bem como as expectativas do tempo de liquidação e possibilidade de variação dos valores indenizáveis frente a mudanças no ambiente macroeconômico. O processo de ALM é executado em conjunto pelas áreas de Gestão de Riscos Corporativos, Atuarial e Financeira, e é monitorado pelo CoR. Permanentemente, o Comitê de Investimentos faz o acompanhamento da alocação e desempenho dos ativos com base nas suas estratégias, incluindo a carteira de ALM, de forma a possibilitar revisão e rebalanceamento periódicos. Diariamente e de acordo com a Política de Investimentos, é apurado o VaR (value at risk) e são realizados testes de stress (stress tests) na carteira de investimentos para observar se a estratégia adotada está dentro do apetite a risco de mercado estabelecido. Os limites de VaR e stress tests são revisados anualmente e definidos conforme apetite a riscos da Companhia. **Risco de liquidez:** Os riscos de liquidez são decorrentes da possibilidade de falta de recursos com disponibilidade imediata para honrar tempestivamente compromissos assumidos em função do descasamento entre fluxos de pagamentos e recebimentos. São realizadas projeções diárias do caixa e testes de stress para detectar previamente qualquer situação de anormalidade, possuindo um controle diário sobre o risco de liquidez. As tabelas a seguir apresentam as expectativas de vencimentos e pagamentos dos principais ativos e passivos financeiros em 31/12/2018 e 2017.

2018								
Descrição	Mais de 01		Mais de 02		Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
	Sem vencimento	Até 01 ano	até 02 anos	05 anos				
<b>Instrumentos financeiros</b>								
<b>Aplicações Financeiras</b>	11.818	–	14.848	16.800	47.121	47.118	(3)	47.118
Valor justo por meio do resultado	11.818	–	–	–	11.818	11.818	–	11.818
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	–	14.848	16.800	35.303	35.300	(3)	35.300
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber</b>	58.698	–	–	–	58.698	58.698	–	58.698
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar</b>	43.811	–	–	–	43.811	43.811	–	43.811

2017								
Descrição	Mais de 01		Mais de 02		Valor de custo	Valor de mercado	Ganho ou (perda)	Valor contábil
	Sem vencimento	Até 01 ano	até 02 anos	05 anos				
<b>Instrumentos financeiros</b>								
<b>Aplicações Financeiras</b>	5.546	167	–	13.003	18.716	18.718	2	18.718
Valor justo por meio do resultado	5.546	–	–	–	5.546	5.546	–	5.546
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	–	167	–	13.003	13.170	13.172	2	13.172
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber</b>	45.760	–	–	–	45.760	45.760	–	45.760
<b>Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar</b>	38.250	–	–	–	38.250	38.250	–	38.250

**4.2. Risco de crédito:** Os riscos de crédito estão relacionados com a possibilidade de devedores deixarem de cumprir um contrato ou deixarem de cumprir os termos em que foi acordado. A carteira da Companhia é composta por títulos públicos e cotas de fundo de investimentos administradas por instituição de primeira linha. **5. Disponível:** Os saldos de disponível estão mensurados a valor justo através de resultado, conforme demonstrados a seguir:

Descrição	2018	2017
Caixa e bancos	107	247
<b>Total</b>	<b>107</b>	<b>247</b>

## 6. Aplicações financeiras: 6.1. Composição das aplicações financeiras:

2018								
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil				
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	–	–	35.303	35.300	35.300	35.300	–	35.300
Letras financeiras do tesouro	–	–	35.303	35.300	SELIC	35.300	–	35.300
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	11.818	11.818	–	–	–	11.818	–	11.818
Cotas de fundos de investimentos não exclusivos (a)	11.818	11.818	–	–	–	–	–	–
<b>Subtotal</b>	<b>11.818</b>	<b>11.818</b>	<b>35.303</b>	<b>35.300</b>		<b>47.118</b>		
<b>Percentual total - contábil</b>	<b>25,08%</b>					<b>100,00%</b>		
<b>Total</b>	<b>47.118</b>							
<b>Circulante</b>								

2017								
Descrição	Valor justo por meio do resultado		Valor justo por meio de outros resultados abrangentes		Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil
	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil	Valor avaliado pela curva	Valor de mercado / contábil				
<b>Títulos de renda fixa - públicos</b>	–	–	13.170	13.172	13.172	13.172	–	13.172
Letras financeiras do tesouro	–	–	13.170	13.172	SELIC	13.172	–	13.172
<b>Cotas de fundos de investimentos</b>	5.546	5.546	–	–	–	5.		

-☆ continuação

## Saepar Serviços e Participações S.A. | CNPJ 03.979.930/0001-27

(d) Em 23/08/2017, a Companhia reduziu seu capital no montante de R\$1.181.857, a valor contábil, na data-base 31/07/2017, por ser considerado excessivo, sem alteração na quantidade de ações representativas do capital social e que foi liquidada com a transferência de 120 ações preferenciais da controlada SALIC pela Companhia para a SASA; (e) A baixa de participação na controlada CIA. SAÚDE foi realizada mediante a distribuição de dividendos intermédios deliberados pela Companhia em 21/08/2017, no montante de R\$231.053, a valor contábil, sendo liquidado através da transferência da totalidade da participação acionária que a Companhia detinha na CIA. SAÚDE para a SASA, representados por 3.116.898 ações ordinárias e 1.110.941 ações preferenciais; (f) Referem-se a ganhos e/ou perdas de capital nos investimentos diretos da Companhia, onde a mutação do investimento ocorre de forma desproporcional, alterando o percentual de participação da Companhia na investida; e (g) Em 07 de dezembro de 2018, a Companhia assinou contrato e concluiu a aquisição de 78,86% das ações da Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A. pelo preço de R\$21.938.

2018

Descrição	Sul América Companhia Nacional de Seguros	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Sul América Serviços S.A.	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Civil Reinsurance Company Ltd.	Total	
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	Percentual de participação (%)	Valor contábil do investimento
Ativo	9.373.835	—	39	6.336	526		
Passivo	4.025.316	—	—	845	—		
Patrimônio líquido	5.348.519	—	39	5.490	526		
Receita líquida	3.547.452	—	—	1.724	—		
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	730.439	—	(11)	(1.592)	(99)		
Percentual de participação (%)	25,58%	—	100,00%	78,86%	100,00%		
Valor contábil do investimento	1.367.964	—	39	4.329	526	1.372.858	
Ágio	14.509	—	—	16.353	—	30.862	
Quantidade de ações ordinárias	122	—	51.100	117.100	3.000.000		

2017

Descrição	Sul América Companhia Nacional de Seguros	Sul América Companhia de Seguro Saúde	Sul América Serviços S.A.	Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A.	Civil Reinsurance Company Ltd.	Total	
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	Percentual de participação (%)	Valor contábil do investimento
Ativo	8.749.576	9.406.518	—	—	535		
Passivo	3.919.236	4.521.847	—	—	—		
Patrimônio líquido	4.830.340	4.884.671	—	—	535		
Receita líquida	3.358.752	13.581.731	—	—	—		
Lucro / (prejuízo) líquido do exercício	601.571	894.297	—	—	(103)		
Percentual de participação (%)	25,63%	—	—	—	100,00%		
Valor contábil do investimento	1.238.287	—	—	—	535	1.238.822	
Ágio	14.509	—	—	—	—	14.509	
Quantidade de ações ordinárias	121	—	—	—	—	3.000.000	

9.1. **Aquisição de participação:** Em 7 de dezembro de 2018, a Companhia assinou contrato e concluiu a aquisição de 78,86% das ações da Docway Aplicativo para Serviços em Saúde S.A., empresa que tem como objeto social atividade de intermediação e agenciamento de serviços e negócios relacionados a saúde em geral, bem como o fornecimento de infraestrutura de apoio e assistência a paciente em domicílio, pelo preço de R\$21.938, sendo R\$12.547 pela aquisição de 70,04% da participação acionária e R\$9.391 pela integralização de 43.725 novas ações, passando a deter 78,86% do total das ações. O investimento da Companhia na Docway, tem como objetivo acelerar o desenvolvimento de novas funcionalidades e serviços ofertados elevando o potencial de resultado da empresa. O preço base foi calculado através de um modelo de avaliação econômico-financeira utilizando o método do fluxo de dividendos descontado (DDM – Dividend Discount Model). A operação foi reconhecida a valor justo, de acordo com os critérios definidos no CPC 15 (R1) – Combição de Negócios, sendo que nestas demonstrações financeiras individuais a diferença entre o valor contábil e o valor justo da aquisição é apresentada na conta de Investimentos, e o investimento avaliado pela equivalência patrimonial. Alocação do preço de compra (Purchase Price Allocation - PPA). A Administração efetuou o estudo de alocação do preço de compra, com o apoio de consultoria especializada independente, e apurou um valor total de R\$15.456 de ágio e R\$896 de mais valia de software. **Balanço de abertura:** Em 07/12/2018, o balanço de abertura que contempla 100% do patrimônio líquido da Docway a valor justo e os ajustes efetuados, tem a seguinte composição:

Ativo	Contábil	Ajuste	Valor Justo
Caixa e equivalentes	107	9.391 (a)	9.498
Contas a receber	156		156
Total do ativo circulante	263		9.654
Imobilizado	25		25
Software em desenvolvimento	899	1.137 (b)	2.036
Total do ativo não circulante	924		2.061
<b>Total do ativo</b>	<b>1.187</b>	<b>10.528</b>	<b>11.715</b>

(a) Integralização de 43.725 nova ações ordinárias nominativa. (b) Mais valia de Software. O Resultado da Docway de 07/12/2018 a 31/12/2018 foi negativo no montante de R\$1.592, cujo impacto no resultado e patrimônio líquido da Companhia pelo método de equivalência patrimonial foi negativo no montante de R\$1.256. **10. Contas a pagar:** 10.1. **Obrigações a pagar:**

Descrição	2018	2017
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	43.811	38.250
Obrigações fiscais (nota 12.2)	8.656	8.178
Demais	1.448	1.248
<b>Total</b>	<b>53.915</b>	<b>47.676</b>
<b>Circulante</b>	<b>45.259</b>	<b>39.498</b>
<b>Não circulante</b>	<b>8.656</b>	<b>8.178</b>

10.2. **Impostos e contribuições:**

Descrição	2018	2017
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	15.201	1.805
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	5.735	794
COFINS a recolher	2.197	4.365
PIS a recolher	476	947
ISS a recolher	161	184
INSS - parte empresa	186	199
FGTS	13	17
Outros	83	90
<b>Total</b>	<b>24.052</b>	<b>8.401</b>
<b>Circulante</b>	<b>24.052</b>	<b>8.401</b>

(a) A variação encontrada nas linhas de IRPJ e CSLL à pagar se justifica pela diferença entre os valores recebidos e deliberados de juros sobre capital próprio. **11. Partes relacionadas:** 11.1. **Transações:** As transações com partes relacionadas referem-se a:

Descrição	Categoria	Controladora	Ativo	Passivo
			2018	2017
Sul América S.A. (a) (b)	Controladora	Sulapar Participações S.A.	—	43.811
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (e)	Coligada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	—	38.250
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	662
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	2
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	320	175
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (d) (g)	Controlada	Saepar Serviços e Participações S.A.	58.698	45.760
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	—	238
<b>Total</b>			<b>59.018</b>	<b>45.935</b>
				<b>44.737</b>
				<b>39.677</b>

Descrição	Categoria	Controladora	Despesa	
			2018	2017
Sul América S.A. (a) (b)	Controladora	Sulapar Participações S.A.	—	—
Sul América Companhia de Seguro Saúde (d) (e)	Coligada	Sul América Companhia Nacional de Seguros	(29)	—
Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (c)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(34)	(5)
Sul América Investimentos Gestora de Recursos S.A. (c)	Controlada	Sul América Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	(69)	(9)
Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A. (d) (f)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(13)	(16)
Sul América Companhia Nacional de Seguros (a) (d) (g)	Controlada	Saepar Serviços e Participações S.A.	(520)	(836)
Sul América Serviços de Saúde S.A. (e)	Controlada	Sul América Companhia de Seguro Saúde	(889)	(810)
<b>Total</b>			<b>(1.554)</b>	<b>(1.676)</b>

(a) Valor referente aos juros sobre o capital próprio a serem distribuídos ou a receber entre acionistas, titulares ou sócios; (b) Valor referente aos dividendos a serem distribuídos entre acionistas, titulares ou sócios; (c) Valor referente à taxa de gestão e administração correspondente a 0,25% sobre o valor da carteira de ativos administrados; (d) Valor referente a conta corrente, rateio e reembolso de despesas relativas à utilização de

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Saepar Serviços e Participações S.A. Rio de Janeiro - RJ.**  
**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Saepar Serviços e Participações S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Saepar Serviços e Participações S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparente estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente

se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
 Auditores Independentes  
 CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ  
 Roberto Paulo Kenedi  
 Contador  
 CRC 1RJ 081.401/O-5

**Deloitte.**

## MELHOR PONTUAÇÃO

# Índice de confiança do empresário do comércio cresceu 2,1% em março

Resultado ficou acima da zona de satisfação e é a melhor pontuação desde novembro de 2018

**O** Índice de Confiança do Empresário do Comércio (Iec) subiu 2,1% em março deste ano na comparação com o mês anterior e 10,9% na comparação com março do ano passado, alcançando 127,1 pontos. O resultado ficou acima da zona de satisfação e é a melhor pontuação desde novembro de 2018 da pesquisa produzida mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

Apesar disso, a demora de aprovação de reformas, como a da Previdência, fizeram a CNC reduzir a expectativa de vendas do comércio

em 2019 de 5,6% para 5,4%. "Percentualmente, a confiança do setor é a maior para meses de março desde 2012, e o índice nacional só não registrou melhor resultado devido a fatos como a letargia na recuperação do mercado de trabalho e dificuldades para aprovação de reformas como a da Previdência", explicou a CNC em nota.

Esta é a quinta alta consecutiva no índice, informou a CNC, que ressaltou, no entanto, que o ritmo de alta do otimismo está mais lento em março do que nos últimos meses. "Além das dificuldades de estimular o crescimento mais vigoroso da economia, contratempos na

esfera política poderão comprometer a aprovação das reformas essenciais. Ainda assim, o cenário de investimentos no setor, para o decorrer do ano, ainda não está comprometido", disse o economista-chefe da Confederação, Fábio Bentes.

Segundo a CNC, o índice

que mede o otimismo dos empresários no curto prazo se manteve estável em alta de 0,2% de fevereiro para março, sendo freado pela expectativa menor de desempenho do setor nos próximos meses. O início de ano mais fraco que o esperado no varejo foi o que levou a CNC

a revisar para 5,4% a expectativa em relação à variação das vendas no varejo neste ano. "Ainda assim, o varejo segue uma tendência de recuperação, mesmo que lenta", destacou a CNC.

Segundo os subíndices do Iec ligados a investimentos, as intenções na contratação de funcionários e na ampliação do número de lojas se encontram nos maiores patamares para meses de março desde 2012 e 2014, respectivamente.

Entre os entrevistados, 72% relataram disposição para contratar funcionários nos próximos meses, enquanto 47,7% têm planos de investir em novas lojas

ou ampliação dos pontos de vendas atuais. Já em relação ao nível dos estoques, 23,7% dos entrevistados os consideram "acima do adequado" - menor porcentual para meses de março desde 2014 (23,0%).

O emprego no setor avançou 1% no ano passado (+71 mil vagas), e, pela primeira vez desde 2014, o saldo entre aberturas e fechamentos de lojas com vínculos empregatícios foi positivo (8,1 mil estabelecimentos comerciais em 2018).

Para este ano, a CNC projeta saldo positivo de 102 mil postos de trabalho no setor e mais 23,3 mil novos pontos de venda.

## LIVRE DA TESOURADA

# Ministério da Economia defende bloqueio proporcional de emendas parlamentares

A área técnica do Ministério da Economia defende que o corte de R\$ 30 bilhões nas despesas do Orçamento atinja na mesma proporção as emendas parlamentares. Essa tem sido a prática dos últimos anos e a avaliação é que não há razão para mudanças para não prejudicar ainda mais outras áreas.

Com o corte de despesas, a equipe econômica tem respaldo legal para bloquear até R\$ 2,972 bilhões

dos cerca de R\$ 13,7 bilhões em despesas com emendas parlamentares impositivas, cujo pagamento é obrigatório, segundo a íntegra do Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas do 1º bimestre.

A permissão existe porque, quando há contingenciamento, a lei autoriza que emendas sejam cortadas na mesma proporção que os demais gastos para dividir o esforço fiscal entre todos.

Esse porcentual ficou em 21,63%.

As emendas são um dos instrumentos de negociação política do Palácio do Planalto com o Congresso Nacional de apoio aos projetos de interesse do governo, como a Previdência.

Do ponto de vista político, a avaliação é de que não dá para "pagar a fatura" agora antes do início de fato das negociações para apro-

vação da proposta. Esse foi um dos erros do governo Michel Temer, que atendeu a vários pleitos dos parlamentares, mas não conseguiu aprovar a sua proposta de reforma.

Para conseguir cumprir a meta fiscal deste ano, de déficit de R\$ 139 bilhões, o Ministério da Economia fez um contingenciamento de R\$ 30 bilhões, mas não informou se as emendas ficarão livres da tesourada,

como prometeu o ministro-chefe da Casa Civil, Onyx Lorenzoni.

A blindagem das emendas num momento de construção da base aliada do governo Jair Bolsonaro foi um aceno de Onyx para tentar melhorar o ambiente no Congresso Nacional para a aprovação da reforma da Previdência.

O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodri-

gues Júnior, não adiantou se as emendas serão alvo de corte ou ficarão preservadas.

O governo não previu no relatório de avaliação de despesas e receitas recursos como compensação da Lei Kandir (programa que isenta exportações de ICMS) aos Estados. O tema está sendo discutido no âmbito das negociações de um pacote global de ajuda aos Estados.

## PROCESSAMENTO

# Inovação tecnológica reduz custos de bancos

A inovação tecnológica tem levado os bancos a digitalizar serviços, reduzindo os custos, e a simplificar o acesso ao mercado e à informação, disse ontem, em Brasília, o presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, na abertura LiftDay, evento realizado pela autarquia em parceria com a Federação Nacional de Associações dos Servidores do Banco Central (Fenasbac).

A promoção é resultado do Laboratório de Inovações Financeiras e Tecnológicas (Lift), criado para incentivar inovações em tecnologia da informação ligadas ao Sistema Financeiro Nacional.

Campos Neto destacou que o processo de inovação tecnológica se intensificou nos últimos anos devido ao aumento da capacidade de processamento, armazena-

mento, organização e interpretação da informação e uso de dados.

"Como toda a evolução tem os riscos associados. Para o montante de informação que temos na rede, ainda se fala pouco em cibersecurity (segurança da informação)", disse.

Segundo Campos Neto, vários projetos do Lift tratam da questão da segurança da informação.

Na primeira chamada de projetos do Lift, ocorrida em maio de 2018, o BC recebeu 79 propostas válidas e 18 delas foram selecionadas.

Dessas, 12 concluíram projetos relacionados a uma plataforma descentralizada para registro de direitos creditórios, sistema de pagamentos instantâneos, uso de inteligência artificial para configurar o perfil adequado para tomada

de crédito, plataforma para obtenção de crédito rural com consulta a diferentes ofertas no celular pelo produtor; plataforma de detecção de fraudes; sistema de auxílio a jovens a partir de 10 anos no desenvolvimento de habilidades de sustentabilidade financeira; plataforma de integração entre usuários e fintechs (empresas de inovação no mercado financeiro); iniciativa para oferecer empréstimos pessoais garantidos por ativos financeiros ou valores mobiliários; plataforma para gestão centralizada dos processos do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro); autenticação de pagamentos e serviços financeiros utilizando reconhecimento facial e algoritmos de inteligência artificial; e sistema de transfe-

rencia de valores.